

LEI MARIA DA PENHA E A AMPLIAÇÃO DAS MEDIDAS PROTETIVAS PARA CASOS DE VIOLÊNCIA DE GÊNERO SEM VÍNCULO DOMÉSTICO: RELATO DE EXPERIÊNCIA ACADÊMICA

MARIA DA PENHA LAW AND THE EXPANSION OF PROTECTIVE MEASURES TO CASES OF GENDER-BASED VIOLENCE WITHOUT A DOMESTIC RELATIONSHIP: AN ACADEMIC EXPERIENCE REPORT

1. Isaac de Oliveira Pinho, isaacpinho_@hotmail.com; Juliana Ferreira Gomes, fgomes.juliana@gmail.com; Luiza Lima Azevedo Machado, luizallima02@gmail.com; Paula Tostes de Barros, paulat.barros@yahoo.com; Roberta de Oliveira Nunes, roberta.o2004nunes@gmail.com. 2. Bruna Marcelle Bastos Dias Marinho, bruna.marinho@afya.com.br.
1. Acadêmicos do curso de Direito da Afya Centro Universitário. 2. Professora do curso de Direito da Afya Centro Universitário.

Eixo Temático 5

RESUMO

A violência contra a mulher constitui um problema social e jurídico que exige mecanismos efetivos de prevenção e proteção, especialmente diante das diferentes formas de manifestação da violência baseada no gênero. Nesse contexto, a recente decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a ampliação da aplicação das medidas protetivas previstas na Lei Maria da Penha despertou a necessidade de compreender a percepção da sociedade acerca dessa mudança. O trabalho teve como objetivo identificar se os participantes concordam ou não com a ampliação das medidas protetivas para situações de violência contra a mulher em que não exista vínculo doméstico, familiar ou afetivo entre vítima e agressor. Para isso, foi realizada uma atividade acadêmica composta pela apresentação do tema e pela aplicação de um questionário com perguntas objetivas e respostas limitadas às opções “sim” ou “não”. A atividade possibilitou aos participantes conhecerem a decisão e, posteriormente, manifestarem sua opinião sobre a ampliação da proteção jurídica. A experiência permitiu aproximar o conteúdo jurídico de uma questão atual e socialmente relevante, além de estimular a reflexão sobre a proteção das mulheres e o papel do Estado no enfrentamento da violência de gênero. Concluiu-se que a atividade contribuiu para ampliar a compreensão sobre a Lei Maria da Penha e para promover uma discussão participativa acerca dos impactos da decisão do Supremo Tribunal Federal.

Palavras-chave: Violência Contra a Mulher. Violência de Gênero. Medidas Protetivas. Direitos Humanos. Lei Maria da Penha.

ABSTRACT

Violence against women constitutes a social and legal problem that requires effective mechanisms for prevention and protection, especially in view of the different forms of gender-based violence. In this context, the recent decision of the Federal Supreme Court regarding the expansion of the application of protective measures provided for by the Maria da Penha Law raised the need to understand society's perception of this change. This experience report aimed to identify whether participants agree or disagree with the expansion of protective measures for situations of violence against women in which there is no domestic, family, or affective relationship between the victim and the aggressor. To this end, an academic activity was carried out consisting of a presentation of the topic and the application of a questionnaire with objective questions and answers limited to the options “yes” or “no”. The activity allowed participants to learn about the decision and subsequently express their opinions on the expansion of legal protection. The experience made it possible to connect legal content with a current and socially relevant issue, as well as to encourage reflection on the protection of women and the role of the State in addressing gender-based violence. It was concluded that the activity contributed to increasing understanding of the Maria da Penha Law and to promoting a participatory discussion about the impacts of the Federal Supreme Court decision.

Keywords: Violence Against Women. Gender-Based Violence. Protective Measures. Human Rights. Maria da Penha Law.

INTRODUÇÃO

A violência contra a mulher constitui um problema social de grande relevância e representa uma violação de direitos fundamentais. Embora possa ocorrer em diferentes contextos, durante muito tempo a discussão jurídica esteve especialmente relacionada às situações de violência doméstica e familiar. No Brasil, a Lei nº 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha, representa um importante instrumento de proteção às mulheres, estabelecendo mecanismos destinados à prevenção e ao enfrentamento da violência, além de medidas específicas para a proteção das vítimas.

Entre os mecanismos previstos pela legislação estão as medidas protetivas de urgência, que possuem caráter preventivo e buscam evitar a continuidade ou o agravamento das situações de violência. Essas medidas podem estabelecer, entre outras providências, o afastamento do agressor, a proibição de aproximação e a proibição de contato com a vítima. Sua importância está relacionada à possibilidade de oferecer uma resposta rápida diante de situações de risco, contribuindo para a preservação da integridade física e psicológica da mulher.

Nesse contexto, a recente decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a ampliação das medidas protetivas da Lei Maria da Penha trouxe uma nova perspectiva para a discussão. O entendimento firmado pela Corte reconhece a possibilidade de aplicação dessas medidas em situações de violência contra a mulher baseada em gênero mesmo quando não existe vínculo doméstico, familiar ou afetivo entre a vítima e o agressor.² A decisão amplia a discussão sobre a proteção jurídica das mulheres ao considerar que a violência baseada no gênero pode ocorrer também fora das relações tradicionalmente abrangidas pela legislação.

A relevância da pesquisa desenvolvida está justamente na possibilidade de compreender como essa mudança é percebida pelas pessoas. Além de conhecer o conteúdo jurídico da decisão, tornou-se importante verificar se os participantes concordam ou não com a ampliação da proteção. A realização de um questionário com respostas objetivas permitiu transformar a discussão jurídica em uma atividade participativa, aproximando o conteúdo estudado da percepção social sobre a proteção das mulheres e o papel do Estado no enfrentamento da violência de gênero.

A escolha do tema também se justifica por sua atualidade e importância social. A decisão do Supremo Tribunal Federal apresenta reflexos que ultrapassam o âmbito estritamente jurídico, uma vez que envolve questões relacionadas à segurança, à dignidade, à igualdade e à proteção dos direitos das mulheres. A atividade possibilitou, portanto, estimular a reflexão dos participantes sobre a necessidade de mecanismos de proteção capazes de alcançar diferentes situações de violência baseada no gênero.

Diante desse contexto, o presente relato tem como objetivo descrever a experiência de aplicação de um questionário com respostas de “sim” ou “não”, realizado para identificar a percepção dos participantes e verificar sua concordância ou discordância em relação à decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a ampliação das medidas protetivas da Lei Maria da Penha para situações de violência contra a mulher sem vínculo doméstico, familiar ou afetivo entre vítima e agressor.

MÉTODO

A metodologia utilizada no presente trabalho foi a pesquisa de campo, realizada por meio da plataforma Google Forms, com o objetivo de identificar a percepção da sociedade acerca da ampliação das medidas protetivas previstas na Lei Maria da Penha para situações de violência contra a mulher, mesmo quando não existe vínculo doméstico ou familiar entre a vítima e o agressor.

A coleta de dados foi realizada por meio de um questionário composto por perguntas objetivas, com alternativas de resposta “sim” ou “não”. As perguntas abordaram questões relacionadas à violência contra a mulher, às medidas protetivas e à decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a aplicação da Lei Maria da Penha em casos de violência baseada no gênero, ainda que não exista vínculo familiar ou doméstico entre as partes.

O questionário foi disponibilizado por meio de um link eletrônico no dia 21/08/2026, possibilitando a participação de indivíduos de ambos os gêneros. A coleta de respostas foi encerrada no dia 27/08/2026. As respostas obtidas permitiram identificar o nível de concordância ou discordância dos participantes em relação à ampliação das medidas protetivas para mulheres vítimas de violência. Por se tratar de uma pesquisa de campo realizada por meio da aplicação de questionário, o estudo não envolveu levantamento em bases de dados bibliográficas, nem a utilização de descritores ou operadores booleanos.

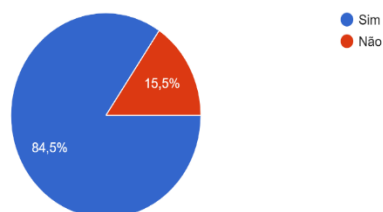
Como critério de inclusão, foram consideradas as respostas fornecidas voluntariamente pelos participantes da pesquisa. Como critério de exclusão, foram desconsideradas as respostas incompletas ou que não apresentavam todas as informações solicitadas no formulário. Após o encerramento da pesquisa, os dados coletados foram organizados e analisados de forma quantitativa, considerando as respostas “sim” e “não”. Os resultados foram utilizados para verificar o nível de concordância ou discordância dos participantes em relação à decisão do Supremo Tribunal Federal de ampliar a aplicação das medidas protetivas em casos de violência contra a mulher, independentemente da existência de vínculo familiar ou doméstico.

RESULTADOS

Os resultados apresentados a seguir foram obtidos a partir das respostas coletadas por meio do questionário disponibilizado na plataforma Google Forms. A seguir, são apresentados os gráficos com os percentuais de concordância e discordância referentes a cada pergunta elaborada no questionário, de acordo com o tema proposto na presente pesquisa.

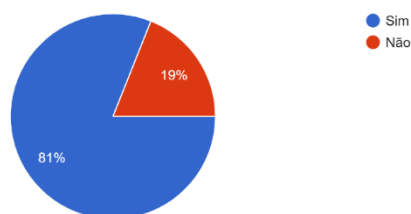
1- Pergunta n.º 01:

Você concorda com a decisão do STF de ampliar a aplicação das medidas protetivas da Lei Maria da Penha para situações de violência de gênero sem vínculo entre vítima e agressor?
58 respostas



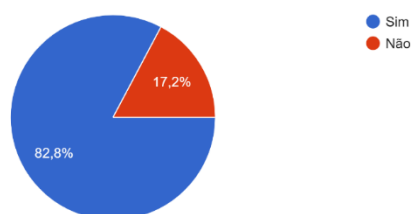
2- Pergunta n.º 02:

Você considera que a ausência de vínculo entre a vítima e o agressor não deve impedir a concessão de uma medida protetiva quando houver violência baseada no gênero?
58 respostas



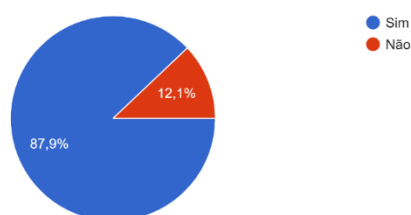
3- Pergunta n.º 03:

Você considera importante que a Lei Maria da Penha possa proteger mulheres contra situações de violência que ocorram fora do ambiente doméstico ou familiar?
58 respostas



4- Pergunta n.º 04:

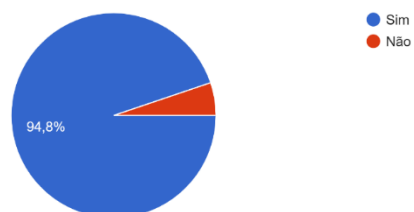
Você acredita que a ampliação das medidas protetivas pode contribuir para aumentar a segurança das mulheres em situação de violência?
58 respostas



5- Pergunta n.º 05

Você concorda que a violência contra a mulher pode ocorrer mesmo quando não existe qualquer relação anterior entre a vítima e o agressor?

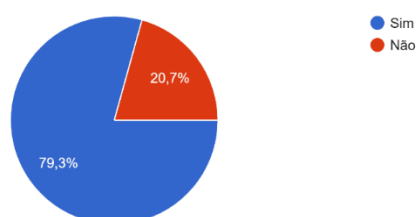
58 respostas



6- Pergunta n.º 06:

Você acredita que a decisão do STF representa um avanço na proteção dos direitos das mulheres?

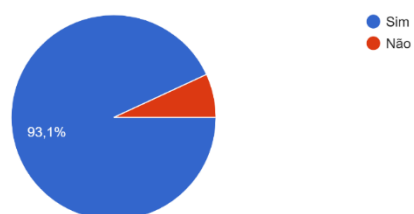
58 respostas



7- Pergunta n.º 07:

Você considera adequada a utilização das medidas protetivas como forma de prevenir novas situações de violência contra a mulher, mesmo fora do contexto doméstico ou familiar?

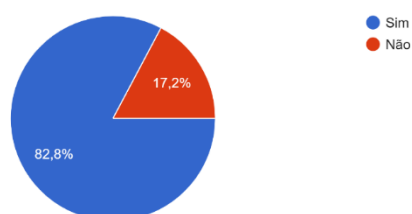
58 respostas



8- Pergunta n.º 08:

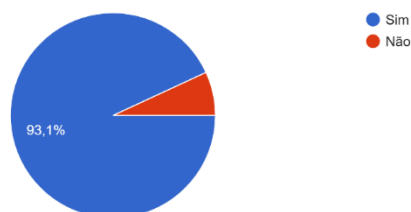
Após conhecer o conteúdo da decisão do STF, você concorda com a ampliação das medidas protetivas previstas nesse entendimento?

58 respostas



9- Pergunta n.º 09:

Você concorda que uma mulher vítima de violência baseada no gênero deve receber proteção do Estado mesmo quando não possui vínculo doméstico, familiar ou afetivo com o agressor?
58 respostas



CONCLUSÃO

Portanto, ao analisar os resultados, fica evidente a forte aceitação da ampliação das medidas protetivas da Lei Maria da Penha para situações de violência de gênero mesmo sem vínculo doméstico, familiar ou afetivo entre vítima e agressor. Entre os 58 participantes, os índices de concordância restaram elevados: 84,5% apoiaram a decisão do STF, 81% entenderam que a ausência de vínculo não deve impedir a proteção, e 94,8% reconheceram que a violência contra a mulher pode ocorrer mesmo sem relação anterior entre as partes.

Além disso, 87,9% acreditam que a ampliação das medidas aumenta a segurança das mulheres e 79,3% consideram a decisão um avanço na proteção dos direitos femininos. Esses dados contribuem para o conhecimento científico ao demonstrar, ainda que dentro do universo pesquisado, uma percepção social amplamente favorável a uma proteção estatal mais abrangente, reforçando a importância de analisar a violência de gênero para além dos limites tradicionais das relações domésticas e familiares.

Na prática, os resultados demonstram a necessidade de fortalecer os mecanismos de proteção capazes de alcançar diferente contexto de violência, levando em consideração que a maioria dos participantes considera adequado a utilização de medidas protetivas para prevenir situações de violência fora do ambiente doméstico ou familiar. Para pesquisas futuras, seria interessante ampliar o número e a diversidade dos participantes, além de investigar se essa percepção se mantém entre profissionais do Direito, agentes públicos e mulheres que vivenciaram situações de violência. Desse modo, novas pesquisas poderão aprofundar a relação entre a aplicação prática das medidas protetivas, a percepção da sociedade e a efetiva capacidade dessas medidas de prevenir novas ocorrências.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Brasil. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher; dispõe sobre os Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República; 2006.
2. Brasil. Supremo Tribunal Federal. Tema 1412: abrangência das medidas protetivas nas hipóteses de violência contra a mulher baseada no gênero, frente às obrigações assumidas pelo Estado brasileiro nos sistemas de proteção dos direitos humanos [Internet]. Brasília, DF: Supremo Tribunal Federal; 2026 [citado 2026 ago. 20]. Disponível em: Tema 1412 – STF.
3. Lei Maria da Penha e a ampliação das medidas protetivas [Internet]. Google Forms; [s.d.] [citado 2026 ago. 28]. Formulário eletrônico utilizado para coleta de dados. Disponível em: Formulário “Lei Maria da Penha e a ampliação das medidas protetivas”.